



PROCESSO	: 2023 38970 000024
UNIDADE GESTORA	: 38970 – Agência Tocantinense de Saneamento
EXERCÍCIO FINANCEIRO	: 2022
ASSUNTO	: Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA	: Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 06/2023/PCA/CGE SGD N° 2023 09049 000620

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE – TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da Agência Tocantinense de Saneamento, nos termos do inciso XII do artigo 3°, da Lei Estadual n° 2.735/2013 e do Decreto Estadual n° 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2022, da Agência Tocantinense de Saneamento, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças de responsabilidade dessa Pasta prevista no art. 10 da Instrução Normativa TCE n° 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2023.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

O Departamento de Contabilidade no exercício de 2022 estava sob a responsabilidade do servidor **Amós Mota Sobrinho** – Contador.

O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO n° 004805/O-0, conforme certidão, às fls. 18.





2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 68 a 160, 309 e 310, relativos ao exercício de 2022, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O orçamento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2022, determinou como crédito inicial para Agência Tocantinense de Saneamento o valor de R\$ 56.767.702,00 (cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e dois reais), sendo o valor autorizado de R\$ 60.545.021,00 (sessenta milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, vinte e um reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 77.

2.2.1.1 Receita Realizada

a) No exercício de 2022, houve receita arrecadada no valor de R\$ 34.841.943,06 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e seis centavos), referente à remuneração de depósitos bancários, serviços administrativos e comerciais gerais e outras transferências de convênios da União e de suas entidades, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 71.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um bom nível de execução com percentual de 63,52%. A frustração de receita existente foi informada em Nota explicativa, às fls. 150 e 152. As informações podem ser vistas nos quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	48.850.710,00	28.841.943,06	59,04
Receitas de capital	6.000.000,00	6.000.000,00	100,00
TOTAL	54.850.710,00	34.841.943,06	63,52

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 sem Fonte por UG, fls. 71.





FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
501 - Outros recursos não vinculados	0,00	66.962,45	-
700 - Outras transferências de convênios ou congêneres de repasse da União	27.200.040,00	6.413.911,78	23,58
799 - Outras vinculações legais	27.650.670,00	28.361.068,83	102,57
TOTAL	54.850.710,00	34.841.943,06	63,52

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 por UG (Fonte), fls. 72.

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual de 67,56%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	31.592.883,00	30.229.471,20	95,68
Despesas de capital	28.952.138,00	10.675.498,12	36,87
TOTAL	60.545.021,00	40.904.969,32	67,56

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2, fls. 69 e 70.

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
500 - Recursos não vinculados de impostos	1.362.311,00	1.287.812,65	94,53
501 - Outros recursos não vinculados	4.332.000,00	4.091.615,30	94,45
700 - Outras transferências de convênios ou instrumentos congêneres de repasse da União	27.200.040,00	8.874.786,93	32,63
799 - Outras vinculações legais	27.650.670,00	26.650.754,44	96,38
TOTAL	60.545.021,00	40.904.969,32	67,56

FONTE: Siafe-TO - Anexo 11 por Fonte, fls. 77

2.2.1.3 Despesa de Exercício Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas, para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo da Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 69 e 70, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizado até





31/12/2022 foi de R\$ 1.222.841,96 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos), que equivale aproximadamente a 2,99% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 40.904.969,32 (quarenta milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente dotada no orçamento, causam a movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, impactando na execução orçamentária do exercício e prejudicando em alguns casos o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento, em desacordo com os critérios estabelecidos no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64, c/c o art. 1º, §1º da LC nº 101/2000.

2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial da Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) foi de R\$ 56.767.702,00 (cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e dois reais), sendo suplementado o valor de R\$ 41.769.470,00 (quarenta e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais), e reduzido o valor de R\$ 37.992.151,00 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e um reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 60.545.021,00 (sessenta milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, vinte e um reais), conforme Balancete às fls. 120 e 121, Anexo 11, às fls. 77 e Anexo 11-A, às fls. 78.

A abertura de créditos suplementares e especiais ao Orçamento do Estado, estão dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual para 2022, que é de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, conforme relatório de controle realizado pela Seplan, encaminhado por meio do Ofício SEPLAN nº 48/2023/GABSEC, SGD nº 2023/13019/000852.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 81 e 82, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 6.063.026,26 (seis milhões, sessenta e três mil, vinte e seis reais e vinte e seis centavos), sendo emitida nota explicativa, às fls. 151 e 152. Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, às fls. 85 e 87, o resultado gerou um superávit efetivo de R\$ 245.202,25 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme tabela abaixo:





Receitas Realizada	34.841.943,06
Despesas Executadas	40.904.969,32
Déficit	-6.063.026,26
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	27.140.162,46
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	20.831.933,95
Saldo das Transferências	6.308.228,51
Déficit	-6.063.026,26
Superávit Efetivo	245.202,25

FONTE: Siafe-TO – Anexo 12 (às fls. 81 e 82) e Anexo 13 (às fls. 85 a 88).

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 34.841.943,06 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e seis centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 27.177.428,77 (vinte e sete milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e sete centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 13.556.702,06 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dois reais e seis centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 11.921.933,04 (onze milhões, novecentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e três reais e quatro centavos), foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 40.904.969,32 (quarenta milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 20.881.464,02 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 2.968.983,24 (dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), restando saldo de R\$ 22.742.590,35 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e trinta e cinco centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 85 a 88.





2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 90 e 91, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, de curto e longo prazo, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em R\$ 20.173.415,79 (vinte milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e setenta e nove centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 305.132.985,97 (trezentos e cinco milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), composto pelo Imobilizado e Intangível, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante. Foi emitido Nota explicativa, às fls. 157, para o valor de R\$ 241.322.252,26 (duzentos e quarenta e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos) referente a conta Intangível;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 94, demonstra um superávit financeiro de R\$ 8.308.657,19 (oito milhões, trezentos e oito mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 22.742.590,35 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e trinta e cinco centavos), com o Passivo Financeiro, no valor de R\$ 14.433.933,16 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e trinta e três reais e dezesseis centavos), com informações em Nota explicativa, às fls. 153;

IV) Os bens patrimoniais móveis e imóveis estão registrados no imobilizado, às fls. 133 e 134, no valor total de R\$ 63.810.733,71 (sessenta e três milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e um centavos), sendo R\$ 46.072.119,19 (quarenta e seis milhões, setenta e dois mil, cento e dezenove reais e dezenove centavos) referente a bens móveis, R\$ 19.407.210,34 (dezenove milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e dez reais e trinta e quatro centavos) referente a bens imóveis, deduzida a depreciação no valor de R\$ 1.668.595,82 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos), havendo divergência de R\$ 40.548.031,33 (quarenta milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trinta e um reais e trinta e três centavos) com o SIGA – Patrimônio que possui valor líquido de R\$ 3.855.492,04 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), às fls. 165 e 166. Percebe-se que foi emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 155 a 157 e planilha presente na Justificativa para divergências patrimoniais, às fls. 167;





V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 90 e 133, apresenta saldo no valor de R\$ 705.163,95 (setecentos e cinco mil, cento e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos), que confere com a posição física do SIGA e financeira do material em estoque, às fls. 170 a 172, tendo sido informado em Nota explicativa, às fls. 160;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 90, registra saldo no valor total de R\$ 22.404.686,25 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), que confere com o Balancete, às fls. 132. Quanto ao Balanço Financeiro, para o Saldo para Exercício Seguinte, às fls. 88, o valor de R\$ 22.742.590,35 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e trinta e cinco centavos) quando reduzido o saldo Depósitos restituíveis e Valores Vinculados (a receber), tem-se o valor Caixa e equivalentes de Caixa demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme informações constantes, às fls. 275.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, compreendendo a soma dos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, que confere com o Balancete, às fls. 132, e com a conciliação bancária, às fls. 311, conforme discriminação abaixo:

- R\$ 14.099.242,86 (quatorze milhões, noventa e nove mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) nas contas bancárias específicas (Banco do Brasil S/A);
- R\$ 8.277.163,80 (oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e três reais e oitenta centavos) limite de saque com vinculação de pagamento;
- R\$ 28.279,59 (vinte e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) para outros valores restituíveis.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 91, totalizam um saldo de R\$ 4.460.202,76 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, duzentos e dois reais e setenta e seis centavos), correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo, Fornecedores e contas a pagar a curto prazo e Demais Obrigações a curto prazo.

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 91.

2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanente, às fls. 310, um saldo no exercício atual de R\$ 1.828.505,67 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinco reais e





sessenta e sete centavos) no passivo permanente. Há emissão de Nota explicativa, às fls. 157 e 158.

Verifica-se ainda que esse valor compõe o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário), às fls. 99, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2022, elevando a despesa executada de R\$ 40.904.969,32 (quarenta milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), para R\$ 42.733.474,99, incluindo esses passivos no exercício, tendo sido informado em nota explicativa, às fls. 159.

No exercício anterior, havia um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 1.946.141,90 (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e noventa centavos), havendo cancelamento, no exercício de 2022, no valor de R\$ 117.636,23 (cento e dezessete mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), resultando em uma redução da dívida, passando para o exercício seguinte o registro do passivo permanente no valor de R\$ 1.828.505,67 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e sete centavos). O cancelamento do Passivo com atributo “P” não foi justificado em Nota explicativa.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 62.220.075,61 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 52.288.021,73 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, vinte e um reais e setenta e três centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 9.932.053,88 (nove milhões, novecentos e trinta e dois mil, cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstrado, às fls. 98.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 22.742.590,35 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e trinta e cinco centavos), às fls. 105.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 10.820.657,31 (dez milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 5.418.763,79 (cinco milhões, quatrocentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), das atividades de investimentos





no valor negativo de R\$ 598.106,48 (quinhentos e noventa e oito mil, cento e seis reais e quarenta e oito centavos) e das atividade de financiamento no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), que somado ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 11.921.933,04 (onze milhões, novecentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e três reais e quatro centavos), resultou em um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 22.742.590,35 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstrado, às fls. 104 e 105.

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício, no valor de R\$ 13.292.417,82 (treze milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos), deste montante, R\$ 1.933.431,75 (um milhão, novecentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 11.358.986,07 (onze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e sete centavos), restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 85 e detalhado no relatório IMPBALDO, às fls. 101 a 103, havendo saldo suficiente em caixa para atendê-las.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 83, do qual foi liquidado R\$ 2.586.028,92 (dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, vinte e oito reais e noventa e dois centavos), pago R\$ 2.579.493,53 (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) e cancelado R\$ 716.256,60 (setecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), restando ainda um saldo de R\$ 449.785,39 (quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e nove centavos), informado em Nota Explicativa, às fls. 152.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 84, foi pago R\$ 165.748,82 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos) e cancelado R\$ 173.702,89 (cento e setenta e três mil, setecentos e dois reais e oitenta e nove centavos), restando um saldo de R\$ 651.186,60 (seiscentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta centavos), informado em Nota Explicativa, às fls. 152 e 153.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 20 a 58 e 306 a 307, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 06/2003, demonstra que as atribuições da





Agência Tocantinense de Saneamento foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.842, de 28 de dezembro 2021, que instituiu o Plano Plurianual, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.843, de 28 de dezembro 2021.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e as ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Objetivos, Indicadores e Metas Estabelecidos no PPA

3.1.1 Objetivo

O relatório de gestão demonstra que as atribuições da Agência Tocantinense de Saneamento, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 01 (um) objetivo, às fls. 31, definido no Programa Temático 1151 – Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação.

3.1.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 02 (dois) indicadores, sendo verificado que:

a) O Indicador 0494 – **Expansão da rede de distribuição de água nos municípios atendidos pela ATS**, alcançou 36,20% do índice desejado, não atingindo o previsto para o exercício de 2022, conforme demonstrativo, às fls. 32.

b) O Indicador 0531 – **Percentual de estações de tratamento de água com capacidade aumentada**, não foi aferido o índice desejado para o exercício de 2022, conforme demonstrativo, às fls. 33.

3.1.3 Metas Regionalizadas

Para o **Objetivo 0514 - Garantir a operacionalização dos serviços públicos de saneamento básico**, foram estabelecidos 04 (quatro) metas regionalizadas, sendo que 01 (uma) obteve alcance de 36,20% e as outras 03 (três) não apresentaram desempenho da meta prevista para o exercício de 2022, conforme quadro abaixo e demonstrativos, às fls. 34 a 37.





Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta Descrição	Metas do Objetivo (2022)			Execução	
	Região	Medida	Prevista	2022	%
Programa -1151- Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação					
0514 Objetivo - Garantir a operacionalização dos serviços públicos de saneamento básico					
Melhorar as estações de tratamento de água nos municípios atendidos pela ATS, de acordo com a demanda existente	Estadual	un	5,00	0,00	0,00
Implantar sistemas de esgotamento sanitário no Estado do Tocantins	Estadual	un	4,00	0,00	0,00
Implantar sistemas coletivos de abastecimento de água em localidades da zona rural do Estado do Tocantins	Estadual	un	16,00	0,00	0,00
Expandir rede de distribuição de água nos municípios atendidos pela ATS	Estadual	%	10,00	3,62	36,20

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

3.2 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins – Siafe-TO, detalhados no quadro abaixo, durante o exercício de 2022, as 05 (cinco) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1151 - Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação, representaram um orçamento autorizado de R\$ 44.087.290,00 (quarenta e quatro milhões, oitenta e sete mil e duzentos e noventa reais), conforme nos demonstrativos, às fls. 38 a 47 e 306 a 307.

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Orçamento inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
Programa -1151- Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação											
3033	9.358.200,00	989.524,00	10.347.724,00	7.973.027,90	19.328,00	77,05	0,19	Sistema implantado	15,00	0,00	0,00
3034	10.488.528,00	-1.596.032,00	8.892.496,00	2.310,00	2.310,00	0,03	0,03	Sistema implantado	8,00	0,00	0,00
3061	10.570.904,00	-594.143,00	9.976.761,00	2.877.250,52	271.529,88	28,84	2,72	Sistema implantado	30,00	0,00	0,00
4107	41.912,00	299.948,00	341.860,00	337.264,25	337.264,25	98,66	98,66	Município atendido	10,00	0,00	0,00
4115	13.292.118,00	1.236.331,00	14.528.449,00	13.748.028,57	13.525.018,51	94,63	93,09	Município atendido	50,00	44,00	88,00
Total	43.751.662,00	335.628,00	44.087.290,00	24.937.881,24	14.155.450,64	56,56	32,10				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA





b) Depreende-se da análise que a Agência Tocantinense de Saneamento, apresentou de forma geral, regular desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 56,56% dos recursos autorizados.

c) Verificou-se que as ações 3034 e 3061 foram definidas como prioridade de Governo, de acordo com o Anexo III da Lei Estadual nº 3.842/2021, demonstraram desempenho orçamentário e financeiro de 0,03% e 28,84% respectivamente, contudo, não houve execução da meta física planejada para o exercício 2022, evidenciando a falta de alinhamento entre a meta física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 39 e 306 a 307.

d) A ação 3033, definida como prioridade de Governo para o exercício de 2022, constatou-se a utilização de recursos orçamentário e financeiro de 77,05%, sem que houvesse execução da meta física planejada para exercício, não havendo alinhamento da meta física e financeira executada, conforme demonstrativo, às fls. 38.

e) Quanto a ação 4107, observou-se, um desempenho de 98,66% de execução orçamentária e financeira, contudo, não houve execução da meta física planejada para o exercício 2022, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada, conforme demonstrativo, às fls. 42.

3.3 Ações de Gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com total de 05 (cinco) ações de gestão financeira, representaram um orçamento autorizado de R\$ 16.457.731,00 (dezesseis milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e trinta e um reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 97,01% em relação ao valor empenhado, conforme quadro abaixo e demonstrativos, às fls. 49 a 53.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)
Programa – 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
6023	Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público	287.640,00	32.300,00	319.940,00	319.697,86	292.697,86	99,92	91,48
4214	Manutenção de recursos humanos	6.712.949,00	1.965.311,00	8.678.260,00	8.674.291,15	8.674.291,15	99,95	99,95
4313	Manutenção de serviços de informática	247.365,00	-223.865,00	23.500,00	19.975,98	19.975,98	85,00	85,00
4197	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.154.435,00	86.635,00	4.241.070,00	4.162.817,60	3.790.085,50	98,15	89,36
4312	Manutenção de serviços de transportes	1.613.651,00	1.581.310,00	3.194.961,00	2.790.305,49	2.613.482,12	87,33	81,80
Total Geral		13.016.040,00	3.441.691,00	16.457.731,00	15.967.088,08	15.390.532,61	97,01	93,51

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA





b) Verificou-se uma boa execução orçamentária e financeira em todas as ações de gestão, conforme quadro acima e demonstrativos, às fls. 49 a 53.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTRO INSTRUMENTO CONGÊNERES

No que concerne a Agência Tocantinense de Saneamento, não houve recebimento de recursos de convênios da União, conforme demonstrado Anexo 10 às fls. 72, assim como não houve recursos concedidos a municípios e a instituições privadas sem fins lucrativos, conforme demonstra anexo 2, às fls. 69 e 70.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Agência Tocantinense de Saneamento - ATS, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria, foram analisados da Agência Tocantinense de Transportes e Obras 03 (três) processos concernente à adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, e, ainda, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESSE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que não houve fiscalização pelos órgãos de controle externo na Agência Tocantinense de Saneamento, no exercício em análise, conforme declarado, às fls. 271.





7. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Com referência à força de trabalho foi informado pela Agência Tocantinense de Saneamento, como demonstrado, às fls. 260, um quantitativo de 263 (duzentos e sessenta e três) servidores, sendo 8 (oito) servidores efetivos, 30 (trinta) comissionados, 08 (oito) efetivos comissionados, 08 (oito) efetivos com função de confiança, 207 (duzentos e sete) contratos temporários e 02 (dois) desligados, conforme folha de pagamento do mês de dezembro de 2022.

Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2022, às fls. 262 a 265, informou-se a admissão de 126 (cento e vinte e seis) contratos temporários.

Infere-se ainda que os servidores responsáveis pela Agência estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida, às fls. 270.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Antonio Davi Goveia Junior, Aguinaldo Ferreira de Lima e outros** relacionados neste processo, às fls. 6 a 17, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.3 alínea “b” IV; 2.2.3.1; 2.2.6 alíneas “b” e “c”; 3.1.2 alíneas “a” e “b”, 3.1.3 e 3.2, alíneas “c”, “d” e “e”,** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2023.

Assinado eletronicamente

Maria Creusa Barros de Melo Prehl
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Bárbara Tonaco Papacosta Anes
Analista/Contadora

Assinado eletronicamente

Alcimar Araújo Milhomem
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

Sergivan Sales de Brito
Gerente de Auditoria em Políticas de
Infraestrutura e Sustentabilidade



CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias
Av. NS-2, Prédio I, S/N, Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
gab.executivo@cge.to.gov.br
www.to.gov.br/cge

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção a Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 20/02/2023.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente

